

Alesson Ramon Rota
Camila Bueno Grejo
Daniel Rei Coronato
Leonardo dos Reis Gandia
Pedro Gustavo Aubert (Orgs.)

*Diálogos interdisciplinares entre História e
Relações Internacionais*



Serra, 2025.



Identidade Editorial

Rua Gonçalves Dias, Praia da Baleia, Serra - ES. CEP.: 29172-694.

www.identidadeeditorial.com.br

Conselho Editorial: Dr. Alexander Martins Vianna (UFRRJ), Dr.^a Carmem Soares (Universidade de Coimbra), Dr.^a Cilene da Silva Gomes (PUC-PR), Dr.^a Eliane Morelli Abrahão (Unicamp), Dr.^a Fabiana Kraemer (UERJ), Dr. Fernando Santa Clara Viana Jr. (UFBA), Dr. Jadir Rostoldo Peçanha (UFES), Dr. José Newton Coelho Meneses (UFMG), Dr.^a Juliana Sabino Simonato (UFES), Dr.^a Maria Cecília Pilla (PUC/Paraná), Dr.^a Mônica Chaves Abdala (UFU), Dr.^a Patrícia Maria da Silva Merlo (UFES), Dr.^a Raquel Bello Vázquez (UniRitter), Dr. Renato da Silva Dias (Unimontes), Dr.^a Rita de Cassia Aquino (USJT), Dr. Sebastião Pimentel Franco (UFES).

Editoração e projeto gráfico: Lucas Onorato Braga

Revisão textual e padronização: De responsabilidade exclusiva dos autores.

Imagem da capa: Athos Bulcão (Google Arts & Culture)

Todos os direitos reservados. A reprodução de qualquer parte da obra, por qualquer meio, sem autorização da editora, constitui violação da LDA n° 9.610/98. Esta obra está licenciada sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0).

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D537 Diálogos interdisciplinares entre História e Relações Internacionais / Alesson Ramon Rota, Camila Bueno Grejo, Daniel Rei Coronato, Leonardo dos Reis Gandia, Pedro Gustavo Aubert (Orgs.). Serra: Identidade Editorial, 2025.

339 p.: il.

ISBN: 978-65-83537-10-2


DOI: <https://doi.org/10.29327/5559346>

1. Diálogos interdisciplinares. 2. História. 3. Relações Internacionais. I. Rota, Alesson Ramon. II. Grejo, Camila Bueno, III. Coronato, Daniel Rei. IV. Gandia, Leonardo dos Reis. V. Aubert, Pedro Gustavo. VI. Título.

CDU: 900

O paradigma de Jacarta: sentidos e significados do politicídio Indonésio (1965–1966)

Rodrigo Medina Zagni¹

 <https://doi.org/10.29327/5559346.1-4>

“The old man didn’t say anything. Instead, he began to sing the song so frequently sung by PKI members, the Internationale. Before he could finish, he was shoved from behind by a man in black and fell flat. Maybe he fainted. With his hands still tied, his neck was hacked by Rejo, the youth from Wiyung. He finished off the unconscious, weak old man, whose hands were still tied. My teacher – such a meaningless death, in an abattoir meant for slaughtering cattle. His head was removed and put in the sack. Then they dragged his body to the river and tossed it in. It washed away slowly in front of me... Another body was also thrown in, also headless. I couldn’t count how many headless corpses passed by me. Every time, the head was put in the gunny sack. Then I heard a shout from a voice I recognized and froze; it was Pak Mataim, our bicycle repairman who I think was illiterate. He seemed very thin, and he too was dragged along like a banana stalk. He moaned, begging for mercy, for his life to be spared. They laughed, mocking him. He was terrified. The rope around his feet was taken off, leaving his hands still tied. He cried, and because he couldn’t keep quiet, they plugged up his mouth with a clump of earth. Rejo went into action, and like lightning, his machete cut through the neck of his victim, the one-eyed, powerless, bicycle repairman. His head went into the sack. Then his hands were untied, so that it looked as though he died without first being bound. At first, his headless body disappeared beneath the surface of the water, then eventually it floated up. The next person

1 Docente e Chefe do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); coordenador do Grupo de Pesquisa “Conflitos armados, massacres e genocídios na era contemporânea” da UNIFESP; São Paulo/SP – Brasil; e-mail: rodrigo.medina@unifesp.br.

*killed was a woman; I don't know who she was.*²

“By the Banks of the Brantas” (*Injustice, persecution, eviction Apud CRIBB, 2008, pp. 248-249*)

“Jacarta vem aí!” A frase grafada nos muros da cidade de Santiago, no Chile, pelos quadros da organização paramilitar *Patria y Libertad* (mantida pela CIA e por empresas privadas chilenas, beneficiárias do imperialismo), às vésperas do golpe militar que destituiu e ceifou a vida de Salvador Allende, lembrava à militância socialista o massacre de comunistas havido na Indonésia de 1965 a 1966. O Chile se tornaria Jacarta e dizê-lo à esquerda chilena tinha claro significado: ela seria expurgada, o que de fato se tentou, sistematicamente, empreender.

2 “O velho não disse nada. Em vez disso, ele começou a cantar a música tão frequentemente cantada pelos membros do PKI, a International. Antes que ele pudesse terminar, ele foi empurrado por trás por um homem de preto e caiu. Talvez ele desmaiou. Com as mãos ainda amarradas, seu pescoço foi cortado por Rejo, o jovem de Wijung. Ele acabou com o velho inconsciente e fraco, cujas mãos ainda estavam atadas. Meu professor – uma morte tão sem sentido, em um matadouro destinado a abate de gado. Sua cabeça foi removida e colocada no saco. Então eles arrastaram o corpo dele para o rio e o jogaram dentro. Ele foi arrastado lentamente na minha frente... Outro corpo também foi jogado, também sem cabeça. Não sei dizer quantos cadáveres sem cabeça passaram por mim. Em todas as vezes, a cabeça era colocada no saco de juta. Então ouvi um grito de uma voz que reconheci e congelei; era Pak Mataim, nosso reparador de bicicletas que acho que era analfabeto. Ele parecia muito magro e também foi arrastado como um talo de banana. Ele gemeu, implorando por misericórdia, para que sua vida fosse poupada. Eles riram, zombando dele. Ele estava apavorado. A corda em torno de seus pés foi retirada, deixando suas mãos ainda amarradas. Ele chorou e, como não conseguia ficar quieto, taparam sua boca com um torrão de terra. Rejo entrou em ação e, como um relâmpago, seu facão cortou o pescoço de sua vítima, o caolho, impotente, reparador de bicicletas. Sua cabeça foi para o saco. Então suas mãos foram desamarradas, de modo que parecia que ele morreu sem primeiro ser amarrado. A princípio, seu corpo sem cabeça desapareceu sob a superfície da água, depois flutuou para cima. A próxima pessoa morta foi uma mulher; eu não sei quem ela era.” (traduzido pelo autor).

No plano simbólico, a referência utilizada pelos golpistas e compreendida claramente pelas forças de esquerda, permite-nos identificar Jacarta como um paradigma, não apenas no Chile mas por todo o espectro que inscreveu o ciclo de ditaduras de segurança nacional em parte significativa da América Latina, referência à espacialidade e a centralidade que teve a cidade no genocídio da militância comunista indonésia, mas sobretudo no campo da construção de sentidos e significados do morticínio e da ulterior partilha da memória coletiva da barbárie por sobreviventes, descendentes das vítimas e também perpetradores, estes que seguiram impunes e firmemente atados às estruturas institucionais de poder no Estado indonésio, onde não se buscou negar o feito, mas valer-se dele para reafirmar a violência institucional como fundamento primeiro da autoridade estabelecida pelo processo genocidário.

A repercussão internacional, medida por meio da imprensa que deu notícia sobre os massacres de membros do Partido Comunista Indonésio (PKI), gravita entre o conivente silêncio por parte do mundo não comunista até a celebração, como no caso da revista *Time*, que afirmou tratar-se, a supressão do PKI, de uma das melhores notícias oriundas da Ásia em anos³.

A consecução entre o genocídio e o assentamento do regime político que, sob Suharto⁴, estendeu-se por 3 décadas de estreitamento político com os Estados Unidos, criaram condições para que, rapidamente, uma paisagem agrária e pastoril na periferia do siste-

3 Ipsis literis: “The West’s best news for years in Asia”, Cf.: “Vengeance with a smile”; *Time*, 15 Jul. 1966, p 26.

4 Hadji Mohamed *Suharto governou a Indonésia de 1968 até 1998, assentando sua autoridade numa conjuntura viabilizada, sobretudo, pelos massacres de militantes do PKI havidos entre 1965 e 1967 e que, entre outros resultados, possibilitaram a deposição de Sukarno e o fim de sua “Democracia Guiada”, em 1967.*

ma-mundo capitalista se tornasse uma pujante economia em desenvolvimento. Até que a crise dos “tigres asiáticos” (incluída a Indonésia neste seletto grupo) eclodisse em 1997, uma historiografia nacional, inebriada pelas “razões do desenvolvimento econômico”, manifestou pouco interesse pelos assassinatos em massa cometidos entre 1965 e 1966.

Há, com isso, uma escassa, mas contundente historiografia dos massacres, que emerge entre as décadas de 1980 e 1990, já antecipando o fim da “Era Suharto” e se valendo também dos esforços investigativos que, no final dos anos 1990, em razão da grave crise econômica que se abateu no mundo asiático, buscou na aurora deste regime basear os seus esforços compreensivos, encontrando-se com os morticínios.

Uma série de fatores conjugados explica o interesse de historiadores, de proveniências diversas, em perscrutar o passado com o escopo de explicar os conturbados anos finais da década de 1990 e seus desdobramentos. À profunda crise econômica em que mergulhara não apenas a Indonésia, mas desde o epicentro asiático, economias tanto centrais quanto periféricas, seguiu-se, em maio de 1998, a abdicação de Suharto, envolto em escândalos de corrupção que comprometiam a si e a membros de sua família, tanto quanto o alto escalão de seu governo, demonstrando muitos dos embustes da “Nova Ordem” que assentara por meio do politicídio⁵ de 1965 a 1966. Também a deflagração de novos conflitos étnico-religiosos desde, pelo menos, os distúrbios de 1995 e 1996 em parte de Java, Situbondo e Tasikma-

⁵ Tanto sobre o conceito de genocídio quanto o de politicídio, Cf.: ZAGNI, Rodrigo Medina; LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho; “**Artífices de conceitos: a invenção do conceito de genocídio e sua aplicação aos estudos históricos**”; *Revista Fórum de Ciências Criminais* – RFCC. Belo Horizonte, ano 6, n. 12, jul./dez. 2019, p. 149-176.

lava, com expressivo número de mortos e desvelando uma nova fase da perseguição anti-chinesa na ilha, processo inconcluso uma vez já visto tanto antes quanto depois do processo de independência.

Há uma notável relação entre o reaparecimento dos conflitos étnicos, na passagem da década de 1990 para 2000, e o interesse historiográfico sobre os fundamentos, no tempo das processualidades históricas, de muitas dessas violências.

Jacques Bertrand e John Ravenhill (2003, p. 1), destes conflitos, sublinham o assassinato de 10 mil pessoas no arquipélago, entre os anos de 1997 e 2002. Tratam-se de duas ondas de violência entre Dayaks e Madurese, na região oeste e central de Kalimantan, onde pereceram mil indivíduos e centenas de milhares de deslocados. Entre 1999 e 2002, foram mais de 5 mil mortos em Malaku, onde irrompeu o conflito entre cristãos e muçulmanos. Seguindo-se ao referendo de agosto de 1999, a repressão governamental indonésia bateu-se contra a população civil do Timor Leste, onde foram registrados mais de mil mortos e 200 mil deslocados. No mesmo ano de 1999, nova onda de violência varreu Aceh, onde as Forças Armadas da Indonésia reprimiram os militantes do *Free Aceh Movement*, resultando no montante de 1.800 mortos no conflito que se estendeu até o ano de 2001. As mesmas Forças Armadas, entre 1999 e 2000, rechaçaram com extremada violência os movimentos independentistas organizados em Irian Java (Papua), com número ainda impreciso de mortos.

Esse emaranhado de fatores ajuda a compreender o crescente interesse acadêmico pelos eventos ocorridos entre 1965 e 1966, sobretudo porque a onda de ferocidade desencadeada pelos conflitos étnicos e religiosos a partir do final dos anos 1990 só encontra precedentes, na história indonésia, no politicídio que marcou o início da

“Era Suharto”.

De acordo com Bertrand e Ravenhill (2003, p. 3), “this was the pattern in Indonesia. Clusters of ethnic violence tended to occur during periods of institutional reform and renegotiation of the national model, followed by periods of political stability with little or less intense ethnic conflict”⁶.

Nessa historiografia, cuja produção está alocada principalmente na primeira metade dos anos 1990, é preciso destacar alguns elementos característicos.

A começar pelos autores locais e que baseiam suas atividades de pesquisa e docência em instituições indonésias, casos de Iwan Gardono Sudjatmiko, professor do Departamento de Sociologia da *Universitas Indonesia*, e de Hermawan Sulisty, do Centro de Pesquisa Política da *Universitas Bhayangkara Jakarta Raya*. Ambos empreenderam suas principais investigações sobre a violência política havida entre 1965 a 1966 durante o doutoramento: o de Sudjatmiko defendido em 1992, na *Harvard University*⁷, e o de Sulisty em 1997, na *Arizona State University*⁸. É importante frisar que, apesar de terem sido elaboradas as teses quando do notável ocaso do regime de Suharto, as pesquisas que as subsidiaram foram abrigadas em universidades estrangeiras por razões que passam tanto pela indisposição institucional quanto pelo ambiente político e social adversos para este empreendimento na Indonésia. Os escritos, de uma importân-

6 “Este era o padrão na Indonésia. Aglomerados de violência étnica tendem a ocorrer em períodos de reforma institucional e renegociação do modelo nacional, seguidos por períodos de estabilidade política com pouco ou menos intenso conflito étnico”. (traduzido pelo autor)

7 “The destruction of the Indonesian Communist Party: a comparative analysis of East Java and Bali”.

8 “The forgotten years: the missing history of Indonesia’s mass slaughter (Jombang-Kediri 1965-66)”.

cia descomunal para a análise do politicídio indonésio, encontram-se publicados pela *University Microfilms International* (UMI), da *Bell & Howell Information Company*, baseada nos EUA; condição bastante distinta das obras de autores norte-americanos e australianos, sobre o mesmo tema, publicadas por editoras universitárias de grande circulação.

Entre 1990 e 1995 estão concentradas as publicações que tiveram maior repercussão no ambiente acadêmico estrangeiro, sobretudo de língua inglesa, que reverberaram também na Indonésia e noutras realidades.

É o caso de “The Indonesian killings of 1965-1966: studies from Java and Bali”, livro editado por Robert Cribb e publicado pelo *Monash University Center of Southeast Asian Studies*, no ano de 1990. Entre mais de uma dezena de autores (sendo um anônimo), a obra dá voz a importantes estudos como o do geógrafo Kenneth R. Young⁹, Michael van Langenberg¹⁰, Keith Foucher¹¹ e Dinas Sejarah TNI AD¹².

Cribb, professor emérito da *Australian National University*, pesquisou, quando de seu doutoramento na *University of London*, a Revolução Indonésia de 1945 a 1949, adentrando em 1990 na contenda pelo resgate da memória dos massacres de 1965 e 1966, tema que ainda segue investigando.

No mesmo ano de 1990, Robert William Hefner, professor de Antropologia da *Boston University*, publicou o estudo “The political

9 “Local and national influences in the violence of 1965”, pp. 63-100.

10 “Gestapu and state power in Indonesia”, pp. 45-62.

11 “Making history: recent Indonesian literature and the events of 1965”, pp. 101-120.

12 “Crushing the G30S/PKI in Central Java”, pp. 159-168.

economy of Mountain Java”, pela *University of California Press*¹³. A História Regional, casada às abordagens de História Social e métodos etnográficos, abarcam em termos teórico-conceituais a análise dos processos políticos e econômicos que vão do período pré-moderno às mudanças havidas com a violência exterminista de 1965 e 1966. De 8 capítulos que procedem este percurso, é o sétimo, intitulado “Politics and social identity: the 1965-66 violence and its aftermath”, que trata especificamente dos assassinatos em massa e suas consequências nas estruturas de convívio social indonésias, decompondo o tema entre seus precedentes na constituição das tessituras políticas e sociais, as mudanças na vida política rural decorrentes da violência generalizada e, conclusivamente, das disposições políticas e identidades sociais saídas do morticínio.

Por fim, desta lavra de autores e escritos que consideramos referenciais para o estudo do politicídio Indonésio, destacamos o texto publicado em 1995, “The dark side of Paradise: political violence in Bali”, pela Cornell University Press e de autoria de Geoffrey Robinson, professor emérito da University of California, Los Angeles. De sua trajetória, importa-nos que suas pesquisas estão diretamente ligadas à conformação de repertórios probatórios para organizações como a Amnesty International, onde trabalhou por 6 anos no Departamento de Pesquisa sediado em Londres; e a ONU, onde atuou como Oficial de Relações Políticas para o Timor Leste. A publicação de 1995, das mais importantes pesquisas sobre o tema neste período, é o marco inicial de investigações que ainda seguem, por parte do autor, em curso. É nestes termos que, em 2018, Robinson publicou “The Killing Season: a History of the Indonesian Massacres, 1965-

13 A versão digital do livro pode ser acessada em: <https://publishing.cdlib.org/ucpressebooks/view?docId=ft196n99x9;brand=ucpress>.

66”, e que entre seus projetos em curso esteja uma história visual destes eventos.

A pesquisa histórica que é animada pelo fim do regime de Suharto, em 1998, é atada também ao protagonismo de organizações políticas que iniciaram coletas mais sistemáticas de testemunhos (como em “Injustice, persecution, eviction: a Human Rights update on Indonesia and East Timor”, 1990) e que também procuram a localização de cemitérios clandestinos e outros lugares onde pudessem ser encontrados os restos dos muitos que ainda seguem desaparecidos, esforços que ainda se enfrentam tanto com a objeção do poder público quanto com o descrédito e mesmo oposição, manifesta em atos de violência, por parte da sociedade indonésia, sobretudo pelos segmentos dela mais suscetíveis às autoridades religiosas tanto do islamismo quanto do cristianismo, ainda professadamente anticomunistas.

A história da Indonésia a inscreve na qualidade de realidade pós-colonial. Emerge para a história moderna inserida na periferia do Antigo Sistema Colonial quando, no século XVII, a Companhia Holandesa das Índias Orientais controlava política e economicamente o complexo de ilhas dentre as quais Java ocupava centralidade, pelas reservas de recursos naturais que guardava. A região adentrou tardiamente aos processos de lutas anticoloniais, que tiveram curso concentradamente no século XIX e que, articuladas aos fenômenos do nacionalismo, do imperialismo, do militarismo e da corrida concorrencial intercapitalista, travada tanto como competição interempresarial quanto como luta interestatal, na lógica já de um mundo industrial, desembocaram na Grande Guerra, em 1914.

Enquanto acostumamo-nos a afirmar o período de 1870 a 1871

para tratar dos nacionalismos tardios, como nos casos alemão e italiano, o nacionalismo indonésio segue à sombra de uma historiografia debruçada ainda sobre as grandes potências. Isso porque a formação do Partido Nacional Indonésio (PNI) data apenas de 1927, portanto 9 anos após o fim da Primeira Guerra Mundial, onde “questões nacionais” diversas encontraram, pela via armada, alguma resolução.

Sem ter tido a mesma sorte que as “jovens nações” emancipadas dos grandes impérios, seja por meio de rebeliões nacionais, guerras intestinas ou pelos destinos da guerra mundial, a Indonésia acabou tragada para o jogo das grandes potências numa nova fase da expansão imperialista que levaria o mundo à Segunda Guerra quando, em 1942, o Japão, partícipe do pacto *AntiKomintern*, estendeu seus domínios até a Indonésia; mando efêmero que teve fim em 1945, ano da rendição incondicional do império de Hirohito, após os bombardeios de Hiroshima e Nagasaki.

Apenas então Sukarno¹⁴, líder e fundador do PNI, declarou a independência da Indonésia inaugurando um novo período de conflitos, dessa vez com os holandeses que pensavam ser possível retomar o controle político da região. As pretensões holandesas, no entanto, chocavam-se com os interesses econômicos, políticos e geoestratégicos do *hegemon* que se consolidara já no imediato pós-guerra: os Estados Unidos, que dissuadiram a Holanda, por meio de uma série de pressões, de seguir tentando retomar o mando das ilhas, logrando fazê-la reconhecer a nova nação em 1949, quando as tensões internacionais prenunciavam uma nova quadra histórica de conflitos: a Guerra Fria.

Com sua independência patrocinada pelos EUA (que che-

14 Assim como muitos javaneses, Sukarno não tinha sobrenome.

garam a ameaçar a Holanda de suspender a assistência que lhe era conferida pelo Plano Marshal), a Indonésia “livre” foi rapidamente tragada para o complexo jogo da política externa norte-americana movida contra o inimigo soviético e, mais extensivamente, contra o espectro do “comunismo internacional” encarnado, próximo dali, pelo gigante chinês. E a proximidade fazia crescer em importância os destinos políticos da Indonésia para a Casa Branca.

No imediato pós-independência, o sistema parlamentar indonésio impunha ao governante o imperativo de coesionar as forças políticas em dissenso, o que comprometia e dificultava as possibilidades de articular o apoio de tão distintos setores e interesses naquele espectro. Quatro partidos compunham aquele ambiente político: o Partido Nacional Indonésio (PNI), o Partido Comunista Indonésio (PKI) que havia sido fundado em 1920; o *Masjumi* (partido muçulmano) e o UM, partido dos teólogos muçulmanos (há que se notar o fato de que 87% da população indonésia era muçulmana, apesar de ali conviverem quase todas as religiões do mundo). É preciso considerar, neste computo, também o Exército, na qualidade de uma força predominante na política indonésia já desde a sua participação nas lutas emancipacionistas contra o domínio holandês. Esta proeminência fora institucionalizada em 1957 com a permissão formal de participarem, seus quadros, da administração do Estado seja no parlamento, em cargos de gabinete ou no próprio governo.

Este foi o mesmo ano em que Sukarno suspendeu o sistema parlamentar e decretou a lei marcial. Entre 1957 e 1958, uma série de rebeliões resultaram na abolição do *Masjumi*, o que levou ao crescimento consubstancial dos 3 demais partidos e, em 1959, o presidente Sukarno proclamou um novo programa de governo intitulado “democracia dirigida”, aproximando-se do PKI e colhendo em troca

a hostilidade do Exército.

Sukarno, sem que parecesse ter plena consciência disso, não apenas colocava em rota de colisão o PKI e o Exército; mas distanciava o Poder Executivo de Washington, na mesma medida em que aproximava o Exército da política externa dos EUA. E para que se possa ter uma mais exata compreensão quanto à dimensão do problema para a diplomacia norte-americana, vale como parâmetro a proximidade estratégica entre a Indonésia e a China Comunista, no cômputo dos tensionamentos crescentes desta etapa ainda inicial da Guerra Fria, subsequente à Guerra da Coreia¹⁵.

Mas que interesses tinham China e EUA, mais precisamente, sobre o arquipélago? A resposta passa pela grande quantidade de recursos naturais e a importância estratégica daquele complexo de 13.700 ilhas, por se tratar de um enclave insular na passagem entre o Oceano Índico e o Pacífico, rota marítima para a interconexão de literalmente dois mundos. Motivos que tornaram, na disputa entre EUA e China, imperativo influir nos assuntos internos da Indonésia.

De acordo com Frank Chalk e Kurt Jonassohn (2010, p. 487), “probablemente, Estados Unidos haya sido el que más éxito tuvo en lograrlo debido a su pseudo-monopolio en el entrenamiento avanzado de los oficiales del ejército indonésio, y actualmente ejerce y mantiene su influencia”¹⁶. Ou seja, na contenda aberta entre o Exército e o PKI, o Exército passava a contar com o apoio norte-americano,

15 Sobre a cronologia da Guerra Fria, ou melhor dizendo, sobre uma entre algumas possibilidades de organização cronológica deste processo, Cf.: COGGIOLA, Osvaldo; ZAGNI, Rodrigo Medina. *Entre a glória e o pesadelo: a Era de Ouro do Capital e a Guerra Fria*. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022, pp. 10-14.

16 “Os Estados Unidos provavelmente foram os mais bem-sucedidos em conseguir isso devido ao seu pseudo-monopólio no treinamento avançado de oficiais do exército indonésio, e atualmente exerce e mantém sua influência” (traduzido pelo autor)

contrários ambos às reformas anunciadas pelo presidente Sukarno, além de serem hostis ao PKI.

É nesse contexto que, entre a noite de 30 de setembro e 1º de outubro de 1965, um golpe de Estado comandado pelo tenente-coronel Untung bin Syamsuri mudou de forma irreversível a história da Indonésia. Segundo a narrativa amplamente difundida e que ocupa a condição de “história oficial”, na ação, apesar de terem sido mortos 6 dos principais generais de exército, dois teriam logrado escapar: Abdul Haris *Nasution* e Hadji Mohamed *Subarto*. *Foram eles que organizaram o contragolpe cujo resultado foi o controle do país pelo Exército e a responsabilização do PKI pela tentativa golpista, algo que segue na penumbra de um passado inaudito, dado que a situação e circunstâncias daqueles eventos, bem como os objetivos e responsáveis pelas ações que culminaram no assassinato dos generais, segundo Chalk e Jonassohn (2010, p. 487), seguem encobertos.*

O sudário que se estabeleceu sobre esses eventos é muitíssimo frágil, dada a proximidade de Sukarno com o PKI, posto na ilegalidade em março de 1966 e a quem menos interessaria a ruptura institucional: os setores descontentes, sobretudo com a aproximação entre o presidente e o PKI, estavam condensados no Exército, que maior proveito tirou dessas ações.

O golpe levava ainda, ao largo dos três anos subsequentes, a um crescente prestígio político de Suharto, que em 1967 (terminado o período mais brutal de assassinatos em massa) depôs formalmente Sukarno, assumindo a presidência da Indonésia e sagrando-se vitorioso, nas urnas, em 1968. Era o início da “Era Suharto” que se estendeu, na Indonésia, até 1998.

De acordo com Harold Crouch (1978, p. 346), o PKI era o

principal grupo civil organizado que poderia opor-se ao Exército durante a primeira metade da década de 1960; e seria exatamente este o motivo primeiro dos massacres instigados, pelo mesmo Exército, em 1965, “momento em que el ejército utilizó su poder físico para eliminar al PKI como fuerza política.”¹⁷ Em 1965, os quadros do PKI somavam 3 milhões de membros efetivos e mais 20 milhões de afiliados; segundo Robert Cribb (2008, p. 238), essas cifras estariam supervalorizadas por ambos os lados da contenda.

Ocorre que o PKI não era o único entrave para aqueles que tomaram o poder. Entre o Exército e a presidência, ocupada por Sukarno, havia ainda uma série de organizações civis que constituíam a base de apoio do presidente, estas completamente subjugadas, junto do PKI, por meio dos massacres que entre 1965 e 1966 prepararam o terreno para que, assim que as mortes cessassem na maior parte do país, um general chegasse à presidência.

Logo depois do golpe, uma série de narrativas passaram a ser difundidas por diversos meios dando conta de que, antes de terem sido mortos, os generais, por serem “anticomunistas”, teriam sido torturados, mutilados e sexualmente vilipendiados. De acordo com Cribb (2008, p. 236): “the stories of torture and mutilation, and those of the preparation of holes, have now been shown to be false, but they contributed greatly to the anti-Communist determination to kill”¹⁸.

O genocídio começou logo depois da sedição, em outubro de 1965, na forma do massacre de membros do PKI, militantes desarmados que nas primeiras semanas foram chacinados aos milhares pe-

17 “Momento em que o exército usou seu poder físico para eliminar o PKI como força política”. (traduzido pelo autor)

18 “As histórias de tortura e mutilação, e as da preparação de buracos, agora se mostraram falsas, mas contribuíram muito para a determinação anticomunista de matar” (traduzido pelo autor)

las tropas regulares do Exército Indonésio e cujas ações tiveram centralidade em Jacarta, onde expluiu uma “primeira onda de choque” da violência política. Isso porque, em regiões mais distantes deste epicentro, seguiu-se ao golpe o típico silêncio que prenuncia tempestades, eivado das tensões que explodiram apenas quando ali aportaram tropas anticomunistas do Exército regular e/ou dos grupos civis, organizados como milícias “vigilantes”, que deram-lhe suporte, chegando a ser armados e até mesmo treinados, pelas forças regulares, para tal empreendimento.

Para Cribb (2008, p. 238), há evidências de que parte desses grupos “vigilantes”, tanto nas cidades quanto no campo, era composta por criminosos, membros de facções já previamente organizadas para escusos fins e para os quais a violência era método já costumeiro. Operavam, nesse novo momento, como franquias do Estado para o empreendimento morticida de larga envergadura que pretendiam, a fim de aniquilar o principal grupo político de oposição.

O mesmo autor (CRIBB, 2008, p. 236) informa, no entanto, que houve exceções, referindo-se a regiões como ao norte de Sumatra e a leste de Java, onde lideranças muçulmanas, poucos dias após o golpe e animados pelas notícias provenientes de Jacarta, ordenaram também o morticínio de comunistas.

No imprescindível estudo publicado na obra editada por Israel Charny, Willian Parsons e Samuel Totten (2008, p. 249-260), Cribb (2008, pp. 249-251) recupera testemunhos como aquele extraído de Pipit Rochijart's, “Am I PKI or non-PKI?” (1985, pp. 37-52), em que os grupos comunistas aparecem opostos a uma “União Nacionalista-Religiosa”, em que figura organizada uma “Juventude Nacionalista e Religiosa”, composta tanto por muçulmanos quanto cristãos e,

entre estes, protestantes, atuantes na região de Kediri, onde durante semanas foram comuns à paisagem citadina os cadáveres, muitos já mutilados, boiando no rio Brantas. No mesmo relato (Apud CRIBB, 2008, p. 252), há o informe de que uma estrada a oeste de Kediri, ligando a cidade ao Monte Klotok, teria sido ornada com cabeças de militantes do PKI.

Quanto à intensidade, os assassinatos tiveram maior expressão em brutalidade e em termos quantitativos em regiões onde se adensavam os quadros do PKI; e menor envergadura onde esses contingentes eram mais rarefeitos. A partir deste critério, registra-se uma maior potência do extermínio em Bali, ao norte de Sumatra, centro e leste de Java.

O envolvimento de grupos civis diversos, que tomaram parte nos massacres uma vez incitados e até mesmo organizados pelo Exército, elevou as cifras do morticínio às centenas de milhares. O engajamento dessas facções fez com que a natureza dos massacres mudasse gravemente de figura; de um genocídio com motivações puramente políticas (a matança de comunistas), o politicídio, para massacres de motivação étnico-religiosa e econômica. Isso porque a perseguição étnica a estrangeiros, sobretudo chineses, era justificada pela associação que se fazia desses grupos com o regime que vigorava em seu país de origem.

Há também um componente econômico no assassinato de chineses na Indonésia, isso porque um dos argumentos utilizados pelos perpetradores, em Jacarta, era o de que estes prósperos comerciantes estrangeiros exploravam economicamente, em suas atividades, trabalhadores indonésios pobres.

Sublinhe-se ainda que o extermínio de comunistas, para gru-

pos de fundamentalistas muçulmanos, tanto quanto para alguns representantes da Igreja Cristã na Indonésia, tratava-se de uma luta de fé contra o ateísmo, comumente vinculado ao comunismo, o que converteria o genocídio numa “guerra santa” contra os inimigos de Deus, como esclareceram Chalk e Jonassohn (2010, p. 488).

O fator econômico é central para a determinação das motivações que levaram ao genocídio uma vez que o PKI defendia a reforma agrária; opondo-se, com isso, aos interesses partilhados pelos grandes proprietários de terra, aliados ao Exército. Desta feita, “el Pueblo de Indonesia, que era en general amigable y plácido, realizaba actos de excesivo salvajismo. Solían mutilar los cuerpos de las víctimas y exhibirlos en mástiles al lado de los caminos o arrojarlos a los ríos. Saqueaban sus pertences y muchas veces incendiaban sus casas”¹⁹ (CHALK & JONASSOHN, 2010, p. 488).

As incursões sobre casas e, não raras vezes, por vilarejos inteiros, se dava costumeiramente à noite, entre outras razões para que a identificação dos verdugos fosse dificultada, entendimento que é confirmado pelo fato de muitos deles usarem máscaras durante o tempo em que praticavam atrocidades. Enquanto as tropas regulares utilizavam armamento convencional de assalto e baionetas (preferindo estas a fim de diminuir gastos com munições), os grupos de “vigilantes” faziam uso de um típico facão indonésio: o *parang*, além de um aparato feito manualmente com ripas de madeira e arame, para o estrangulamento das vítimas (Cf.: THE ACT OF KILLING; 2012). Com isso, produz-se a condição de um genocídio “analógico”, em referência a métodos rudimentares e muito mais dolorosos para

¹⁹ “O povo indonésio, geralmente amigável e plácido, realizou atos de selvageria excessiva. Costumavam mutilar os corpos das vítimas e colocá-los em postes à beira das estradas ou jogá-los nos rios. Eles saquearam seus pertences e muitas vezes incendiaram suas casas”. (traduzido pelo autor)

as vítimas, em contraste com a sistematização, nos termos de uma racionalidade industrial, para os processos morticidas, com prevalência do uso de armas de fogo, gaseamento e outros métodos “modernos”.

Um procedimento prévio, comum tanto ao Exército quanto aos grupos civis agressores, foi a elaboração de “listas negras” com nomes de todos aqueles que, por quaisquer razões, pudessem ser caracterizados como inimigos do regime que estava sendo ali assentado. Os inscritos compartilhavam uma mesma chancela: a de comunistas; termo que, pelas imprecisões flagrantes em seus usos, resultava completamente esvaziado de conteúdos cognitivos, passando a significar qualquer coisa que desagradasse os seus elaboradores e pudesse justificar suas mortes, segundo o entendimento muitas vezes obtuso dos pouco esclarecidos assassinos.

A proliferação das listas e seus cada vez mais fúteis critérios, sobretudo aquelas produzidas e que circulavam no âmbito das milícias “vigilantes”, fizeram com que os grupos ligados mais diretamente a Suharto fiassem as suas ações nas listas de nomes de líderes de esquerda preparadas, por sua vez, diretamente pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA (CRIBB, 2008, p. 238).

Com isso, não apenas jornalistas, professores, escritores, intelectuais e artistas, mas as pessoas comuns que, por quaisquer razões, tivessem contrariado os perpetradores, pagaram pelo desacordo com a vida. Somem-se os casos daqueles que, sem nenhuma identificação com as ideias ou ligações com a militância comunista, acabaram presos e mortos em razão dos muitos erros de identificação que ocorreram entre 1965 e 1966 (CRIBB, 2008, p. 238).

Para o Exército, incitar e organizar grupos civis para os atos genocidários tinha um duplo propósito: legitimar as ações como sendo

expressão de uma vontade coletiva; e partilhar a culpa com o maior número de indivíduos o possível a fim de garantir, para o futuro, o privilégio da impunidade.

Ativou-se, com a banalização das listas, uma horrenda consequência, conforme verificaram Cribb, Gie et all (1990, pp. 252-258) ao estudarem os assassinatos em massa ocorridos, neste período, em Bali: aqueles que não tomavam parte nas mortes eram potenciais suspeitos e para se escapar à suspeição, a forma mais eficiente era participar dos assassinatos. Com isso, não foram assassinos apenas os quadros regulares do Exército, polícia e os já convencionais criminosos, mas gente comum, convertida nesses dois tenebrosos anos em carrascos.

Houve também o estímulo a delações, como no caso narrado por Rochijart's, (Apud CRIBB, 2008, p. 252), informando que membros do movimento estudantil da Escola Superior nº1, em Kediri, para que não fossem executados pelos nacionalistas e religiosos, à facadas, eram obrigados a barganhar pela própria vida delatando, por razões diversas (com verdades ou inverdades), outros estudantes e professores.

Uma vez retirados de suas casas, os grupos-alvo eram levados às cercanias de suas vilas e, ali, executados; sendo seus corpos despejados em rios, depositados em cavernas ou enterrados em valas clandestinas, muitas delas ainda ocultas.

Quando não exterminada de imediato, parte desses grupos foi deslocada para prisões e estas, uma vez superlotadas, deram lugar a barracões e campos de detenção, de onde muitos dos reclusos foram retirados (depois de semanas ou meses) para serem mortos (CRIBB, 2008, p. 237). Parte dos que ali ficaram, foi solta apenas no final da

década de 1970.

Sobre os procedimentos de execução, John Gittings (1990, p. 22) afirma que as mutilações eram elementos muitíssimo comuns, usuais não apenas para simular, como ato de vingança, as narrativas difundidas sobre as mortes dos generais (por assassinos comunistas) ou para dificultar a identificação dos cadáveres; mas porque segundo as crenças comuns a muitos dos perpetradores, mutilar o corpo antes ou imediatamente depois do assassinato implicaria em condenar o espírito da vítima às mesmas amputações em sua existência pós-morte, dificultando que o morto voltasse ao mundo dos vivos para assombrar seus carrascos.

Tanto a rapidez quanto a violência com que se deram os primeiros assassinatos sistemáticos em Jacarta, impediram que pudesse ter ali sido organizado qualquer tipo de resistência armada. A mais expressiva tentativa de formação de um movimento de guerrilha, estabelecido à leste de Java apenas depois de a maior parte da militância do PKI ter sido exterminada, foi rapidamente vencida pelo Exército.

Em linhas gerais, as vítimas não ofereceram resistência, sobretudo porque, nos quadros do PKI e de organizações aparentadas, não se esperava e nem havia sido preparada a luta armada.

Tendo aberto a “Caixa de Pandora”, após os demônios libertos terem demovido todos os obstáculos que poderiam se opor ao comando do Estado por parte do Exército, este tratou de tentar fechá-la com o pretexto de restabelecer a ordem e cessando os atos genocidários que, segundo especialistas e apesar da carência de dados oficiais, teriam culminado em 500 mil mortos e o mesmo número de presos em condições de flagrante atentado aos direitos humanos, números mais aceitos numa intensa controvérsia que faz com que as

cifras oscilem de 78.500 mortos, de acordo com uma Comissão de Investigação designada pelo presidente em fins de dezembro, a um milhão, conforme levantamento feito nas universidades de Bandung e Jacarta. Cribb (2008, p. 239) afirma que entre estimativas que vão de 78 mil a 2 milhões de mortos, estudos acadêmicos têm firmado com maior precisão o cômputo de 200 a 500 mil mortos.

Distinguindo-se de outros regimes genocidas e distanciando-se do comum negacionismo, o governo de Suharto fez uso político da memória dos morticínios como instrumento de uma maior afirmação do poder autoritário que por 3 décadas conduziu.

Crouch (1978, p. 155) informa que apesar de o morticínio ter cessado em Jacarta, em linhas gerais, por volta de dezembro, em regiões remotas da Indonésia as execuções seguiram ocorrendo durante todo o ano de 1966. Os militares sabiam que o número de militantes do PKI era superior ao quantitativo de mortos, motivo pelo qual a perseguição aos quadros do partido se estendeu por anos, resultando numa política sistemática de encarceramento massivo e na manutenção de tribunais militares que condenaram membros do PKI à morte ou a longos períodos de prisão em campos de trabalho forçado ou isolados em prisões (como na ilha de Buru), onde eram comuns a privação de comida e água, práticas diversas de tortura e de degradação, e atos brutais de doutrinação política que atentaram flagrantemente contra a liberdade de consciência tantas vezes apregoada pelos “inimigos do comunismo internacional”.

Os mesmos campos seguem existindo, apesar de muitos de seus prisioneiros terem sido libertados entre 1978 e 1979, o que não os privou, uma vez libertos, dos estigmas que dali por diante passariam a carregar, condenados a rotinas discriminatórias as mais diver-

sas, difundidas como signos de normalidade na vida social indonésia.

No espectro internacional, o resultado do genocídio foi a aproximação clara da Indonésia com os EUA, aderindo ao bloco anti-comunista no sudeste asiático, ponto nevrálgico da geopolítica de contenção ao avanço do comunismo internacional. A aliança norte-americana foi determinante para que a Indonésia alcançasse outro patamar de protagonismo regional, face a sua novíssima grandeza econômica e seu equivalente em poder de vocalização de interesses políticos. A partir desta nova condição, o governo de Suharto pôde invadir o Timor Leste em 1975, mantendo-se desde então em combate na guerra de guerrilha pelo controle do território, com número elevado de mortos nas décadas subsequentes.

Com a renúncia de Suharto, em maio de 1998, a “Nova Ordem” em que a política indonésia era controlada pelo Exército, enquanto o PKI seguia proscrito, deu lugar a uma atritosa e difícil transição para a democracia, com o governo de Habibie, cujos traços mantidos da era anterior permitiu a Bertrand e Ravenhill (2003, p. 3) afirmar uma “Nova Ordem enfraquecida”.

Sem negar propriamente o genocídio, o governo da Indonésia se vale exatamente da participação popular nos massacres que incitou para dizê-lo legítimo. “Foi a vontade do povo”, dizem os algozes, ainda que a vontade sádica ali manifesta fosse a de pilhar, matar e destruir. A incitação à participação popular nos massacres tem sido um elemento primordial no repertório de justificativas usuais para ter matado e em tão larga escala. O pacto é o de sangue, mas não daqueles que contratualizam: o sangue é o do outro. Com isso, se houver culpa: são todos culpados, o que garantiu ao Exército, por mais de 3 décadas, um comum lugar de impunidade e de possibilidades de

manutenção de um poder assaz autoritário.

Com isso, não é apenas do medo impingido aos discordantes que se trata. Há um sentimento de responsabilidade coletiva que dá forma à memória do genocídio na sociedade indonésia contemporânea, esculpida pelas muitas mãos que o praticaram, o que corrobora o pacto de silêncio que tem sido reafirmado já por quase meio século.

Durante os trinta anos da “Era Suharto” uma lápide tentou sepultar a memória do genocídio, impondo silêncio sobre o ocorrido entre os anos de 1965 e 1966, senão para afirmar as ações ali perpetradas como necessárias numa guerra que teria sido travada contra o “inimigo comum”. Ainda assim, quando desta forma é invocado algum traço da memória, ela aparece simplificada, deformada e na condição discursiva da excessiva generalização.

A vozes que mais importam seguem silenciadas. Compete ao historiador a escuta dos muitos gritos que habitam esse longo e insuportável silêncio da história!

Referências

- BARCKMAN, Arnold. **The Communist collapse in Indonesia**. Nova York: Norton, 1969.
- BERTRAND, Jacques; RAVENHILL, John. **Nationalism and ethnic conflict in Indonesia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BROWN, Colin. **A short history of Indonesia: the unlikely nation?** Londres: Allen & Unwin, 2004.
- CATHERWOOD, Christopher; HOERVITZ, Leslie Alan. **Encyclopedia of war crimes & genocide**. Nova Iorque: Facts on File, 2006.

- CHALK, Frank; JONASSOHN, Kurt. **Historia y Sociología del genocídio: análisis y estudio de casos.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.
- CALDWELL, Malcolm (Ed.). **Ten years of military terror in Indonesia.** Nottingham: Spokesman Books, 1975.
- COGGIOLA, Osvaldo; ZAGNI, Rodrigo Medina. **Entre a glória e o pesadelo: a Era de Ouro do Capital e a Guerra Fria.** São Paulo: Maria Antonia Edições, 2022.
- CRIBB, Robert (ed.). **The Indonesian killings of 1965-1966: studies from Java and Bali.** Clayton: Monash University Centre of Southeast Asian Studies, 1990.
- _____; “The Indonesian massacres”; in: CHARNY, Israel W.; PARSONS, William S.; TOTTEN, Samuel (eds.). **Century of genocide: critical essays and eyewitness accounts.** Nova York & Londres: Routledge, 2008.
- CROUCH, Harold. **The Army and politics in Indonesia.** Ithaca: Cornell University Press, 1978.
- GIE, Soe Hok; “The mass killing in Bali”; in: CRIBB, Robert (ed.). **The Indonesian killings of 1965-1966: studies from Java and Bali.** Clayton: Monash University Centre of Southeast Asian Studies, 1990.
- GITTINGS, John; “The black hole of Bali”; **The Guardians**, 23 set. 1990, p. 22 (disponível em: https://www.academia.edu/35076268/THE_BLACK_HOLE_OF_BALI).
- HEFNER, Robert William. **The political economy of Mountain Java.** Berkeley: University of California Press, 1990.
- INJUSTICE, PERSECUTION, EVICTION: a Human Rights update on Indonesia and East Timor.** Nova York: Asia Watch, 1990.
- LEITH, Denise. **The politics of power: freeport in Suharto’s Indonesia.** Honolulu: University of Hawaii Press, 2002.

- PALMIER, Leslie. **Communism in Indonesia**. Nova Iorque: Doubleday, 1973.
- ROBINSON, Geoffrey. **The dark side of Paradise: political violence in Bali**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- _____. **The killing season: A History of the Indonesian Massacres, 1965-66**. Princeton: Princeton University Press, 2018.
- ROCHIJART'S, Pipit; "Am I PKI or non-PKI?"; **Indonesia**, 40, 1985.
- SLOAN, Stephen. **A study in political violence: The Indonesian experience**. Chicago: RandMcNally, 1971.
- SUDJATMIKO, Iwan Gardono. **The destruction of the Indonesian Communist Party: a comparative analysis of East Java and Bali**. Ann Arbor: UMI, 2003.
- SULISTYO, Hermawan. **The forgotten years: the missing history of Indonesia's mass slaughter**. Ann Arbor: UMI, 1997.
- TAYLOR, J. *et all*. **Repression and exploitation in Indonesia**. Londres: Spokesman Books, 1974.
- _____. **Indonesia: peoples and histories**. New Haven, Conn: Yale University Press, 2003.
- THE ACT OF KILLING; Indonésia, dir.: Joshua Oppenheimer, documentário, longa-metragem, col., 2012.
- "VENGEANCE WITH A SMILE"; **Time**, 15 Jul. 1966.
- ZAGNI, Rodrigo Medina; LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho; "Artífices de conceitos: a invenção do conceito de genocídio e sua aplicação aos estudos históricos"; **Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC**. Belo Horizonte, ano 6, n. 12, jul./dez. 2019, p. 149-176.